



# Assembléia Legislativa

## FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

DIRETORIA LEGISLATIVA  
JUNTA DA

Publicação de matéria  
de 07 (Sete) folhas.

Em 08 / 02 / 2013

Yacir Moura  
Funcionário

Joel Dagamenon Alves Barbosa Júnior  
Chefe do Setor de Publicação

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se a

[Assinatura]  
Diretor Legislativo

RÚBRICA <u>[Assinatura]</u>	FLS Nº <u>09</u>
ANEXOS	NÚMERO <u>AL-1649/13</u>

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se a Comissão  
de Const. e Justiça

Em 19 / 02 / 13

[Assinatura]  
Conceição de Maria Pádua Sampaio  
Chefe da Div. de Apoio Legislativo



## Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 20 / 02 / 13

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo de Comissões Legais

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à Autógrafa

Em 04 / 04 / 13

Conceição de Maria Leite Gualão  
Chefe do Núcleo de Comissões Legais

Ao Deputado \_\_\_\_\_

para relatar.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça

PROVIDENCIADO

Em 04 / 04 / 13

Conceição de Maria Leite Gualão  
Chefe do Setor de Autógrafos



**PROCESSO: AL-1649/13**

**PROJETO DE LEI de nº 03/13**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ.**

**RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA**

**I- Do relatório**

Nos termos regimentais desta Casa, veio a este Parlamentar para o devido parecer o Projeto de Lei nº 03/13 de autoria do Ministério Público do Estado do Piauí.

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Piauí, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, ambos da Constituição Federal, combinados com os arts. 84, § 1º, e 85, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993.

Intenta a presente proposição, conforme justificativa às fls 04 e 05, a revisão dos subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Piauí.

Em apertada síntese, é o RELATÓRIO.

**II- Da fundamentação**

**II.1- Da constitucionalidade formal – por competência de iniciativa da proposição.**

A Lei Maior tem clareza solar quando indica a iniciativa do Ministério Público para propor ao Poder Legislativo projetos acerca de remuneração, *litteris*:

Art. 127. (...)

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, **a política remuneratória** e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (Grifo nosso).

Idem, no sentido da competência para iniciativa, a Constituição do Estado do Piauí preceitua:

Art. 75. A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, **ao Procurador-Geral de Justiça** e aos cidadãos,





na forma prevista nesta Constituição. (Grifo nosso).

Idem, a legislação infra, qual seja, a Lei Complementar Estadual nº 12/93 alberga a proposição em tela, vejamos:

Art. 84. O subsídio dos membros do Ministério Público será fixado em nível condizente com a relevância da função e de forma a compensar todas as vedações e incompatibilidades específicas que lhes são impostas.

**§ 1º O subsídio dos Procuradores de Justiça não poderá exceder a 90.25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos termos do inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.** (Grifo nosso).

Art. 85. O subsídio dos membros do Ministério Público será fixado com diferença de 5% (cinco por cento) de uma Promotoria para outra, **atribuindo-se aos Promotores de Justiça de Promotoria Final 95% (noventa e cinco por cento) do subsídio dos Procuradores de Justiça.**

Destarte, observa que a proposição em discussão respeita o limite estabelecido pela Lei Orgânica do Ministério Público, vez que a Lei 12.770, estabelece:

Art. 1º O subsídio mensal do Procurador-Geral da República, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o § 2º do art. 127 e a alínea c do inciso I do § 5º do art. 128, todos da Constituição Federal, observado o disposto no art. 4º, será de:

I - R\$ 28.059,29 (vinte e oito mil e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos) a partir de 1º de janeiro de 2013;

II - R\$ 29.462,25 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos) a partir de 1º de janeiro de 2014; e

III - R\$ 30.935,36 (trinta mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) a partir de 1º de janeiro de 2015.

O que tange a indicação de dotações orçamentária exigências do art. 85 § 1º da Lei Orgânica do Ministério Público, referida exigência é atendida pelo art. 2º do presente projeto de lei, em especial, pela planilha às fls. 06-08.

### III. Do voto do Relator:

Do exposto, considerando a regimentalidade, legalidade e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
Gabinete do Dep. GUSTAVO NEIVA

constitucionalidade, esta relatoria opina pela normal tramitação da presente proposição, pelo voto favorável.

**IV. Do voto da Comissão:**

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

( ) Pelo **ACATAMENTO do voto do Relator;**

( ) Pela **REJEIÇÃO do voto do Relator;**

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 11 de março de 2013.

**DEP. GUSTAVO NEIVA**

**RELATOR**

APROVADO A UNANIMIDADE  
em, 12 / 03 / 13  
Presidente da Comissão de  
Justiça